



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 31 de março de 2025

<b>Bolsas</b> Na sexta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na sexta-feira	<b>Salário mínimo</b> R\$ 1.518	<b>Euro</b> Comercial, venda na sexta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,94% São Paulo	132.067 25/3	R\$ 5,761 (+ 0,15%)	Últimos	R\$ 6,238	14,15%	14,16%	Outubro/2024 0,33 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31
1,69% Nova York	131.902 26/3 27/3 28/3	24/março 5,752 25/março 5,709 26/março 5,732 27/março 5,753					

» Entrevista | **ARMANDO MONTEIRO** | CONSELHEIRO EMÉRITO DA CNI

# “Retaliação não é a melhor estratégia”

Ex-ministro da Indústria avalia que solução para o embate comercial com o governo Trump pode estar na negociação de cotas

» FERNANDA STRICKLAND

Ed Alves/CB/D.A Press



Uma eventual retaliação das tarifas sobre importações impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao Brasil é arriscada e pode não ser a melhor maneira de lidar com a guerra comercial. É o que afirmou o conselheiro emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro.

Recentemente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu à guerra tarifária e afirmou que considera tarifas recíprocas. “Não podemos ficar parados, acreditando que só eles têm razão e que só eles podem taxar outros produtos”, sinalizou o petista.

Entretanto, Monteiro avalia que a solução pode estar na negociação de cotas para manter o equilíbrio comercial. “A alternativa para minimizar esses impactos seria negociar cotas de exportação com os EUA, garantindo que o Brasil continue fornecendo aço sem ser excessivamente tributado”, destacou em entrevista ao *Correio*.

As tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio do Brasil entram em vigor nesta quarta-feira, data definida por Trump como “Dia da Libertação” dos EUA. O Brasil exporta cerca de 4,5 milhões de toneladas de aço para o país, das quais a maior parte é de produtos semiacabados, fundamentais para a indústria siderúrgica americana.

Monteiro alerta que a postura protecionista representa um retrocesso econômico, que pode prejudicar até mesmo a própria indústria americana, que depende da importação de produtos semiacabados do Brasil para abastecer sua cadeia produtiva.

Ele avalia, ainda, que uma eventual pressão interna por parte do setor privado pode reverter a imposição de tarifas. Atual presidente do Conselho Temático de Assuntos Tributário e Fiscal (CONTRIF), Monteiro também presidiu a CNI por duas gestões, foi senador e ministro da Indústria e Comércio no governo de Dilma Rousseff. Confira os principais trechos da entrevista.

**“Não creio que a retaliação seja a melhor estratégia. Não temos o mesmo peso econômico dos Estados Unidos para adotarmos medidas de igual impacto. O melhor caminho é manter canais diplomáticos abertos e buscar uma solução negociada”**

**Como avalia a postura protecionista do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em relação à imposição de tarifas sobre o aço?**

A postura adotada por Donald Trump representa um retrocesso econômico significativo. Ele resgata uma abordagem neomercantilista que está ultrapassada no mundo moderno. É como se a gente estivesse voltando ao começo do século XIX. A economia americana se tornou uma potência ao longo do tempo porque conseguiu estabelecer relações de complementaridade produtiva com outros países, permitindo um fluxo de comércio benéfico para todas as partes envolvidas. Ao adotar medidas protecionistas, ele nega essa história de crescimento e cooperação econômica. Além disso, essas medidas podem prejudicar até mesmo os Estados Unidos, pois afetam suas relações comerciais com aliados estratégicos como México e Canadá. O protecionismo pode levar a uma

desaceleração do comércio internacional, que é um dos principais motores do crescimento econômico global. No final, o impacto pode ser negativo tanto para os EUA quanto para seus parceiros comerciais.

**Qual será o impacto dessa medida sobre o Brasil, especificamente na indústria siderúrgica?**

O Brasil exporta aproximadamente 4,5 milhões de toneladas de aço para os Estados Unidos, sendo que a maior parte desse volume corresponde a produtos semiacabados. Esses produtos são essenciais para a indústria siderúrgica americana, pois servem como base para a produção de aço finalizado. Ou seja, as siderúrgicas americanas dependem do que importam do Brasil para manter sua produção ativa.

Se o governo dos EUA impuser tarifas sobre essas importações, isso pode prejudicar tanto o Brasil quanto a própria indústria americana. Além disso, o

Brasil é um dos principais produtores de carvão metalúrgico dos EUA, com importações superiores a um bilhão de dólares. Ou seja, a relação comercial entre os dois países é interdependente. Se houver sanções, pode haver prejuízos de ambos os lados. A alternativa para minimizar esses impactos seria negociar cotas de exportação com os EUA, garantindo que o Brasil continue fornecendo aço sem ser excessivamente tributado. Retaliação, por outro lado, não seria o caminho mais viável, pois não temos a mesma capacidade de imposição econômica dos EUA.

**O Brasil deveria responder com medidas retaliatórias?**

Não creio que a retaliação seja a melhor estratégia. Não temos o mesmo peso econômico dos Estados Unidos para adotarmos medidas de igual impacto. O melhor caminho é manter canais diplomáticos abertos e buscar uma solução negociada. O México, por exemplo, que

tem uma dependência comercial muito maior dos EUA, tem adotado uma postura mais pragmática e cautelosa. O Brasil precisa reforçar o diálogo com o governo americano e demonstrar a interdependência comercial entre os dois países. Se houver uma maior pressão interna nos EUA, especialmente por parte do empresário americano, é possível que essas medidas sejam revistas.

**Como está a adoção da inteligência artificial na indústria brasileira?**

Ainda estamos atrasados em relação a outros países, mas avanços estão sendo feitos. A Nova Indústria Brasil (NIB) tem um foco claro na digitalização e modernização do setor industrial. Hoje, a adoção de novas tecnologias, incluindo a inteligência artificial, é essencial para melhorar a eficiência produtiva e aumentar a competitividade das empresas brasileiras. O governo, através do BNDES, tem oferecido financiamento para ajudar as empresas a investirem em tecnologia e capacitação da mão de obra. No entanto, é fundamental que o setor privado também participe ativamente desse processo. O Brasil precisa acelerar o ritmo de modernização industrial para não perder ainda mais espaço no mercado global.

**Como a reforma tributária pode impactar a indústria brasileira?**

A reforma tributária é essencial para recuperar a competitividade da indústria nacional. O atual sistema penaliza a produção brasileira, tornando mais barato importar bens do que fabricá-los aqui. Com a reforma, a carga tributária sobre a indústria será reduzida, tornando os produtos nacionais mais competitivos. Além disso, a reforma irá desonerar as exportações, eliminando os resíduos tributários que encarecem os produtos brasileiros no exterior. Outra vantagem é a desoneração dos investimentos, permitindo que empresas adquiram equipamentos de nova geração com custos menores. Isso contribuirá para a modernização do parque industrial brasileiro e estimulará novos investimentos no setor.

PODCAST DO CORREIO

## Setor reclama do fim do Perse

» RAFAELA GONÇALVES  
» FERNANDA GAZHALI\*

O setor de eventos deve recorrer ao encerramento imediato do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), previsto para este mês de abril. Em entrevista ao *Podcast do Correio*, o presidente da Associação Brasileira de Promotores de Eventos (Abrape), Doreni Caramori Júnior, afirmou que o setor foi surpreendido com a suspensão do programa, vista pelo setor como uma ilegalidade.

A associação alega que o fim do programa não leva em consideração o princípio da noventena, que determina que os entes

cobrem um tributo somente depois de decorridos 90 dias da publicação da lei que o instituiu ou aumentou. “A discussão que se coloca é o efeito inesperado da forma como se tratou. Todas as formalidades previstas na legislação não são cumpridas e aí, de repente, a Receita marca uma audiência e diz que o programa acabou e o setor é surpreendido com isso”, reclamou Caramori Júnior.

A extinção do programa foi confirmada na semana passada pelo chefe da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo o ministro, a decisão já era sim esperada, já que, pela lei que regulamenta o benefício, ao atingir o teto de R\$ 15 bilhões, o Perse seria encerrado no

mês seguinte.

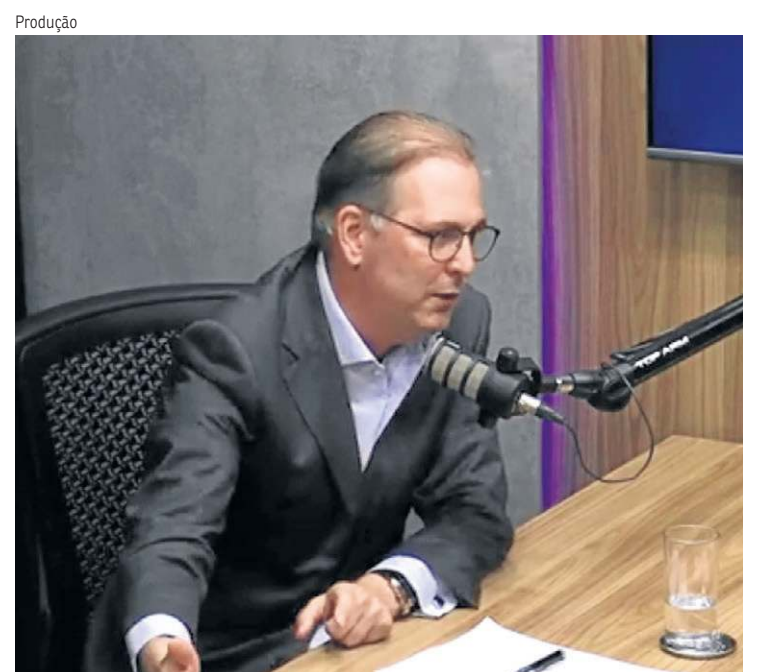
A Abrape contesta os dados apresentados pelo Fisco. Pela lei, o Perse previa incentivos fiscais até 2027, ou até que fosse atingido o teto de recursos. No entanto, estudos independentes apontam inconsistências nos relatórios divulgados pelo órgão, levantando dúvidas sobre a metodologia utilizada para decretar o fim do programa. “O nosso acompanhamento foi superficial. Neste período de 12 meses, pouquíssimas vezes a gente recebeu informação”, argumentou Caramori.

O presidente da associação também mencionou as consequências financeiras imediatas.

Na avaliação dele, o setor de eventos ainda não está 100% recuperado dos efeitos da pandemia e que empresários já estão desfazendo contratos e desligando colaboradores.

“Imagina o efeito prático disso. O cidadão resolveu que vai se casar em maio, por exemplo, e está desde o ano passado planejando seu casamento. A empresa produtora do casamento dá um preço e você agora vai ligar para quem vai casar em maio e vai dizer, não, o seu preço agora não é mais R\$ 100, é R\$ 116, porque caiu o Perse”, exemplificou.

\*Estagiária sob a supervisão de Rafaela Gonçalves



Doreni Caramori: “Pouquíssimas vezes a gente recebeu informação”